

# Choque de confiança

O governo reativa a partir da próxima quarta-feira as câmaras setoriais, como primeira iniciativa no sentido de efetivamente reduzir os índices inflacionários. Na verdade, o objetivo primordial das câmaras é a redução dos custos dos produtos, bem como do aumento da produtividade nos vários segmentos industriais. A queda dos preços dos produtos, no caso, será uma decorrência natural destas duas conquistas. Os integrantes da equipe econômica já reconheceram que é impossível acalentar qualquer sonho de desenvolvimento efetivo e permanente sem que seja debelada a inflação. Assim, abrindo mão dos pacotes mágicos, recorrem agora às câmaras, que já mostraram bons resultados, como no caso dos automóveis — cuja venda se manteve forte depois de uma redução de 22 por cento no produto final —, mediante acordo entre governo, trabalhadores e empresários.

De imediato, o governo vai tratar dos setores que têm maior impacto no orçamento das famílias mais modestas, como alimentos, roupas e medicamentos. Acredita-se que acordos positivos possam ser alcançados agora porque tanto empresários quanto trabalhadores e governo reconhecem a necessidade imediata de uma solução para a queda das vendas, do nível do emprego e da arrecadação federal, respectivamente. Um novo elemento a ser colocado, agora, na mesa das discussões é o amplo respaldo parlamentar do novo governo e suas anunciadas intenções de austeridade exemplar.

No mesmo sentido, o recém-empossado ministro da Indústria e Comércio, José Eduardo Vieira, acha que uma das armas para se combater a inflação é o aumento da oferta de produtos, numa inversão total de todos os planos de combate antiinflacionários anteriores, que visavam justamente reduzir a demanda. A vantagem desta nova estratégia, segundo o ministro, é reduzir os

custos sociais da luta contra o aumento dos preços.

Para José Eduardo Vieira, a origem de nossa crise atual deve ser buscada no início da década de 70, quando a política econômica buscava o desenvolvimento pela substituição das importações, o que, em contrapartida, exigia maciços investimentos das empresas estatais. Posteriormente, na fase do "Tudo Pelo Social", foi proibido falar em lucro. Agora seria o momento de se buscar de novo o lucro, porque só ele pode gerar empregos e melhores condições de vida para todos.

Muitas outras vozes já se levantam a favor do choque de oferta apregoado pelo ministro da Indústria e Comércio. O que não se tem explicitado é a execução de tal plano. Como se pode convencer empresários que estão com seus recursos seguros nos bancos, em ouro ou em dólar de que devem apostar na produção? Exigirão os empresários mecanismos de compensação como os subsídios ou os incentivos que geraram graves distorções no passado? Ninguém pode desconhecer que existe — em função de muitos erros recentes — um certo clima de desconfiança entre empresários e governo. Muitos empresários ainda permanecem contrariados pelos pacotes que lhes derrubam todos os projetos; o governo, do seu lado, reclamando dos aumentos abusivos ou defensivos.

Assim, será que, antes do choque de oferta, haverá necessidade de um choque de confiança? Para que qualquer iniciativa tenha sucesso é preciso que todos os que se sentarem à mesa das discussões — nas câmaras setoriais, por exemplo — cheguem sem desconfianças, sem preconceitos, sem ases na manga. Só depois de instalado um clima de confiança algo de positivo poderá surgir na luta contra a inflação.